

FASUL EDUCACIONAL **(Fasul Educacional EaD)**

PÓS-GRADUAÇÃO

GESTÃO E INTELIGÊNCIA EM SEGURANÇA PÚBLICA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

GESTÃO E INTELIGÊNCIA EM SEGURANÇA PÚBLICA

DISCIPLINA: INTELIGÊNCIA E SEGURANÇA PÚBLICA
RESUMO
A tecnologia permeia nossas vidas. Diariamente, utilizamos diversas tecnologias, seja no trabalho, no lazer, na comunicação com as pessoas, nos estudos e, evidentemente, em nossa segurança, seja pessoal ou pública. O domínio sobre as aplicações e a compreensão de suas limitações trará ao profissional de segurança pública a capacidade de análise necessária para posicionar-se diante das demandas diárias da sociedade.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 INTRODUÇÃO MONITORAMENTO E VIDEOVIGILÂNCIA TECNOLOGIAS DE COMPRESSÃO ANÁLISE DE CONTEÚDO DE VÍDEO ARMAZENAMENTO DE IMAGENS
AULA 2 INTRODUÇÃO SOFTWARES DE APOIO INVESTIGATIVO BIG DATA E ANÁLISE DE DADOS OPERAÇÕES COM DRONES CONTRAMEDIDAS E RADARES DE PROTEÇÃO
AULA 3 INTRODUÇÃO CONTRAMEDIDAS TECNOLÓGICAS AS REDES SOCIAIS E APLICATIVOS A INTERNET DAS COISAS (IOT) APLICANDO SOLUÇÕES
AULA 4 INTRODUÇÃO FUSÃO DE DADOS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICATIVOS MÓVEIS PLATAFORMAS DE INTEGRAÇÃO CENTROS DE OPERAÇÕES E INTELIGÊNCIA
AULA 5 INTRODUÇÃO FERRAMENTAS DE MINERAÇÃO DE DADOS DEEP LEARNING APLICAÇÕES NA SEGURANÇA PÚBLICA ESTUDO DE CASOS
AULA 6

INTRODUÇÃO BIOMETRIA FACIAL E A MULTIDÃO RASTREAMENTO DE ATIVOS E PESSOAS PLATAFORMAS DE GESTÃO CONCLUSÃO
BIBLIOGRAFIAS
<ul style="list-style-type: none">● ALMEIDA, C. A. B. Tecnologias aplicadas à segurança: um guia prático. Curitiba: InterSaberes, 2018.

DISCIPLINA: ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS E CRIMES DIGITAIS
RESUMO
<p>O termo cibernética é conceituado como ramo da matemática que lida com problemas de controle, além da recursão de informações. Trata-se, ainda, da ciência da organização eficaz. Por essa razão, passa a ter grande significado para a globalização; fazendo com que surja, ainda, a denominada “sociedade do conhecimento” – também conhecida como nova economia ou, ainda, sociedade da informação. Seja como for, é inegável que presenciamos uma era de economia global e informacional. No atual modelo, a informação é tida como riqueza, poder e motor para o desenvolvimento e o bem-estar social. Dessa forma, a aldeia global de informação é caracterizada pela criação de diversos meios e ferramentas de comunicação, com o objetivo de aprimorar o padrão de vida.</p>
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>AULA 1 COMPREENDENDO A CIBERNÉTICA O CIBERCRIME EVOLUÇÃO DAS NOÇÕES DE CIBERCRIME SURGIMENTO DOS DELITOS INFORMÁTICOS NO BRASIL DADOS SOBRE O CIBERCRIME NO BRASIL</p> <p>AULA 2 CONCEITO E EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CRIME ORGANIZADO AS PRINCIPAIS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS COMPARAÇÕES COM OUTROS TIPOS DE CRIMINALIDADE CRIME ORGANIZADO E OUTRAS FORMAS DE DELINQUÊNCIA CARACTERÍSTICAS</p> <p>AULA 3 O CONCEITO LEGAL DE CRIME ORGANIZADO A PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA COMO CRIME AUTÔNOMO CAUSAS DE AUMENTO DE PENA E PARTICIPAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS O CRIME DE IMPEDIMENTO OU EMBAÇAMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL CRIMES COMETIDOS NA INVESTIGAÇÃO E OBTENÇÃO DE PROVA</p> <p>AULA 4 A INFILTRAÇÃO DE AGENTES POR MEIO VIRTUAL RELAÇÃO ENTRE INTERNET, DEEP WEB E DARK WEB A PROBLEMÁTICA NA INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR BRASILEIRA NO ÂMBITO DOS CIBERCRIMES PROVAS E MEDIDAS CAUTELARES NOS CIBERCRIMES</p>

POSSÍVEIS SOLUÇÕES

AULA 5

INTRODUÇÃO

DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A LEGISLAÇÃO DO CRIME ORGANIZADO

PRIMEIRO DOS MEIOS PROVA: COLABORAÇÃO PREMIADA

SEGUNDO MEIO DE PROVA: O AFASTAMENTO DO SIGILO DE DADOS

FINANCEIROS, BANCÁRIOS E FISCAIS

TERCEIRO MEIO DE PROVA: COOPERAÇÃO ENTRE INSTITUIÇÕES

AULA 6

INTRODUÇÃO

CYBERTERRORISMO

A SOCIEDADE CIBERNÉTICA

OS TERRORISTAS CIBERNÉTICOS

20 ANOS DE CRIMES E INTERNET NO MUNDO (1997-2017): OS FATOS MARCANTES

BIBLIOGRAFIAS

- ANTONELLI, H. L.; DE ALMEIDA, E. G. A internet e o direito: uma abordagem sobre cibercrimes. Disponível em: http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/a_internet_e_o_direito_uma_abordagem_sobre_cibercrimes.pdf.
- COELHO, M. I. Charles Babbage: o pioneiro dos computadores. Disponível em: <https://pplware.sapo.pt/informacao/opiniao/charles-babbage-pioneirocomputadores/>.
- D'URSO, L. A. F. Cibercrimes: perigo na internet. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/16,mi246585,101048-cibercrime+perigo+na+internet>.

DISCIPLINA:
POLÍCIA COMUNITÁRIA

RESUMO

Esta disciplina abordará o estudo sobre o histórico da concepção de polícia comunitária nos países em que esta promoveu maior impacto nas políticas públicas de segurança e defesa social, e serão apresentados e discutidos os principais projetos desenvolvidos no Brasil na área. No que se refere à gestão integrada, serão realizados debates sobre a conexão dos pressupostos dos conceitos de polícia comunitária, com as práticas de planejamento organizacionais destinadas às comunidades que recebem as atividades de segurança pública e defesa social. Quanto às habilidades e competências previstas, o estudante será estimulado a identificar a diferença nas práticas das diferentes perspectivas de policiamento e integração das noções de gestão.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

O SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA

OS POLICIAIS

CONCEITO DE POLÍCIA COMUNITÁRIA

INTERPRETAÇÕES ERRÔNEAS SOBRE A POLÍCIA COMUNITÁRIA

AULA 2

INTRODUÇÃO

PRINCÍPIOS DA POLÍCIA COMUNITÁRIA (SENASP, 2008)

GRUPOS PARA A IMPLANTAÇÃO (SENASP, 2008)
O TRABALHO DA POLÍCIA COMUNITÁRIA
A POLÍCIA E A MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE

AULA 3

INTRODUÇÃO

O BAIRRO, UNIDADE URBANA (SENASP 2013)

DIRETRIZES PARA A INTEGRAÇÃO COM A COMUNIDADE (SENASP 2008)

A INTEGRAÇÃO COM ENTIDADES REPRESENTATIVAS DA COMUNIDADE

VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO

AULA 4

INTRODUÇÃO

CONDUTA ÉTICA E LEGAL NA APLICAÇÃO DA LEI

CONDUTA ÉTICA E LEGAL NA APLICAÇÃO DA LEI

CÓDIGO DE CONDUTA PARA OS ENCARREGADOS DA APLICAÇÃO DA LEI

PRINCÍPIOS BÁSICOS SOBRE O USO DA FORÇA E DE ARMAS DE FOGO

AULA 5

INTRODUÇÃO

JAPÃO

A POLÍCIA DE PROXIMIDADE NA EUROPA

A POLÍCIA COMUNITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL

EL SALVADOR

AULA 6

INTRODUÇÃO

CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA

FINALIDADES DOS CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE SEGURANÇA

DIFICULDADES

SITUAÇÃO DOS CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE SEGURANÇA DOS ESTADOS

BRASILEIROS EM 2006

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento de Polícia Rodoviária Federal. Dúvidas frequentes. Brasília, [20--]. Disponível em: <https://www.pf.gov.br/portal/aceso-a-informacao/concursos-e-selecoes1/duvidas-frequentes>.
- BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Polícia Federal. Requisitos e atribuições dos cargos. Brasília, 5 mar. 2010. Disponível em: <http://www.pf.gov.br/servicos-pf/concursos/caracteristicas-dos-cargos/carreirapolicial/requisitos-e-atribuicoes-dos-cargos-da-carreira-policial-federal>.

DISCIPLINA:

GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS E QUALIDADE

RESUMO

Você já deve ter escutado que “o problema do Brasil é que aqui falta uma administração eficiente”. Mas o que é administração? Na etimologia da palavra, temos que ad significa “direção”, e minister significa “subordinação”. Note que estamos falando de uma ação, “executar algo subordinado a”, nesse caso, podemos supor: executar a gestão de recursos humanos subordinada à gestão pública. Administrar envolve a ação de Planejar, Organizar, Dirigir ou Liderar e Controlar (PODC) de organizações, setores, repartições, seções etc., que estudaremos nesta disciplina. A administração pode ter um viés privado ou público.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

AS FUNÇÕES DO ADMINISTRADOR

O QUE É A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

EVOLUÇÃO DA GESTÃO EM ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS

ESTUDO DE CASO: A FUNÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E A NOVA GESTÃO PÚBLICA

AULA 2

ADMINISTRAÇÃO COMO DESEMPENHO DE PAPÉIS

PRINCÍPIOS DA GESTÃO PÚBLICA

HABILIDADES GERENCIAIS

PRÁTICAS: PLANEJANDO UMA CAPACITAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES

AULA 3

INTRODUÇÃO

PENSAMENTO SISTÊMICO

ENFOQUE CONTINGENCIAL

NOVA GESTÃO PÚBLICA

PRÁTICAS: NGP – ADMINISTRANDO COM UMA VISÃO SISTÊMICA E ENFOQUE CONTINGENCIAL

AULA 4

INTRODUÇÃO

GESTÃO DE PROCESSOS ORGANIZACIONAIS

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E O CONTROLE PÚBLICO

TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

PRÁTICAS A TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA

AULA 5

INTRODUÇÃO

QUALIDADE NA ÁREA PÚBLICA

INDICADORES

FERRAMENTAS DE QUALIDADE NA GESTÃO PÚBLICA

PRÁTICAS: APLICAÇÃO DO PDCA NA GESTÃO PÚBLICA

AULA 6

INTRODUÇÃO

GESTÃO POR RESULTADOS

GESTÃO PÚBLICA EFICAZ E MODERNA

A LEI N. 14.133/2021 – LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS PRÁTICAS - A LEI N. 14.133/2021, EXTINÇÃO DE MODALIDADES DE LICITAÇÃO

BIBLIOGRAFIAS

- ALMEIDA, N. 7 Dicas para ser um ótimo Gestor Público. 2020. Disponível em <https://www.colab.re/conteudo/7-dicas-gestor-publico>.
- BRASIL. Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999. 1999. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9784.htm.
- GORDEEFF, N. A evolução dos modelos de Administração Pública e as Reformas Administrativas. 2019. Disponível em <https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/a-evolucao-dos-modelos-de-administracao-publica-e-as-reformas-administrativas/>.

DISCIPLINA:

ADMINISTRAÇÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

RESUMO

Planejamento é fundamental para qualquer atividade, seja ela pessoal ou organizacional. Começamos nosso dia planejando as atividades que precisamos executar, para podermos organizar nossa agenda e não perdermos nossos compromissos. Esse simples planejamento inclui determinar quais as atividades que temos para realizar naquele dia, ajustar os tempos para a realização de cada tarefa (incluindo as que não são nosso foco – como pegar ônibus, ou calcular o tempo que perdemos parados no trânsito). Temos também que pensar quais são as prioridades, definir previamente se precisamos levar algum item para atividades diferenciadas (por exemplo: para a faculdade, precisamos levar o material de estudo; para a academia temos que levar a roupa de ginástica etc.), e ainda os custos: quanto preciso levar para transporte, alimentação, entre outros.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

MISSÃO

VISÃO

VALORES

OBJETIVOS

AULA 2

INTRODUÇÃO

PLANO DE AÇÃO – 5W2H

MATRIZ GUT

PLANEJAMENTO POR CENÁRIOS

MODELO DAS CINCO FORÇAS DE PORTER

AULA 3

INTRODUÇÃO

MATRIZ BCG

MATRIZ GE-MCKINSEY

CANVAS

BALANCED SCORECARD (BSC)

AULA 4

INTRODUÇÃO

CONTROLE E VERIFICAÇÃO

EFETIVIDADE DO PLANEJAMENTO
VANTAGENS DE SE CONSTRUIR UM BOM PLANEJAMENTO
LIMITAÇÕES DO PLANEJAMENTO

AULA 5

INTRODUÇÃO
PLANEJAMENTO PÚBLICO NO BRASIL
PLANO PLURIANUAL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

AULA 6

INTRODUÇÃO
ESTABELECIMENTO DE OBJETIVOS NO PLANEJAMENTO PÚBLICO
O PERFIL DO GESTOR PÚBLICO PARA O PLANEJAMENTO
BENEFÍCIOS DO PLANEJAMENTO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIFICULDADES DO PLANEJAMENTO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

BIBLIOGRAFIAS

- COMPONENTES estratégicos. Serpro – Estratégia Empresarial, 2018. Disponível em: <http://www.serpro.gov.br/menu/quem-somos/governancacorporativa/estrategia-empresarial>.
- MINAS GERAIS. Ministério Público. Missão, visão e valores. Disponível em: <https://www.mpmg.mp.br/conheca-o-mpmg/planejamento-institucional/missaovisao-e-valores/>.
- COMPONENTES estratégicos. Serpro – Estratégia Empresarial, 2018.

DISCIPLINA:

GERENCIAMENTO DE CRISES E CONFLITOS POLICIAIS

RESUMO

É indubitável a importância do Gerenciamento de Crises Policiais e de toda a sua conseqüência doutrina às instituições de segurança pública em todo mundo e, por conseguinte, a toda comunidade protegida por estas instituições. A disciplina Gerenciamento de Crises e Conflitos Policiais traz detalhes sobre o assunto revelando sobre a necessidade de sempre buscarmos respostas mais dialogadas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
DA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA
BREVE HISTÓRICO DAS OPERAÇÕES ESPECIAIS NO MUNDO E NO BRASIL
BREVE HISTÓRICO DO GERENCIAMENTO DE CRISES NO MUNDO
DA GÊNESE DO GC NOS EUA (EM MEIO A NECESSIDADE DE AÇÕES DA SWAT)

AULA 2

INTRODUÇÃO
DO DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DO GC NO BRASIL
PRIMEIROS CONCEITOS DO GERENCIAMENTO DE CRISES
ELEMENTOS ESSENCIAIS DE INFORMAÇÃO
UMA NOVA TIPOLOGIA DE CEC E O PONTO CRÍTICO

AULA 3

INTRODUÇÃO
PRIMEIRA INTERVENÇÃO EM CRISES (PIC)
DA PRIMEIRA INTERVENÇÃO EM INCIDENTES CRÍTICOS COM EXPLOSIVOS
INTERMEDIÁRIOS
CARACTERÍSTICAS DA CRISE

AULA 4

INTRODUÇÃO
OBJETIVOS DO GERENCIAMENTO DE CRISES
TIPOLOGIA DAS SITUAÇÕES CRÍTICAS
ALTERNATIVAS TÁTICAS DO GERENCIAMENTO DE CRISES
ALTERNATIVAS TÁTICAS PARA OS BOMBEIROS

AULA 5

INTRODUÇÃO
PERÍMETROS DE SEGURANÇA
ELEMENTOS OPERACIONAIS ESSENCIAIS
NA DIMENSÃO DE UMA NEGOCIAÇÃO “DIFERENTE”
NEGOCIAÇÃO POLICIAL

AULA 6

INTRODUÇÃO
DOS OUTROS ELEMENTOS OPERACIONAIS ESSENCIAIS
FASES DA CONFRONTAÇÃO
DA IMPORTÂNCIA DO GERENCIAMENTO DE CRISES (GC) E DA CONSTANTE
ATUALIZAÇÃO DE SUA LEGISLAÇÃO E DOCTRINA
CONCLUSÃO

BIBLIOGRAFIAS

- STORY of SWAT, The. Libero. Disponível em: <https://digilander.libero.it/PR2/SWAT/storyofswat2.htm>.
- EXÉRCITO BRASILEIRO. Curso de Forças Especiais. CIOpEsp, 30 abr. 2018. Disponível em: www.ciopesp.eb.mil.br.
- GWERCMAN, S. Munique, 1972. Superinteressante, 31 dez. 2005. Disponível em: <https://super.abril.com.br/historia/munique-1972/>.

DISCIPLINA:
GESTÃO PENITENCIÁRIA

RESUMO

Tanto na sociedade quanto no sistema penitenciário, é imprescindível a ordem e disciplina para que as relações e a convivência sejam harmônicas. No sistema prisional, manter a disciplina é um desafio, considerando o atual cenário brasileiro. Nesta disciplina vamos compreender a importância da Gestão Penitenciária, como estabelecer uma relação de respeito e harmonia com todos os envolvidos neste processo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA E EXAME CRIMINOLÓGICO
DA ASSISTÊNCIA

DEVERES DO PRESO
DIREITOS DO PRESO

AULA 2

INTRODUÇÃO
FALTAS DISCIPLINARES GRAVES
DO PROCESSO DISCIPLINAR
REGIME DISCIPLINAR DIFERENCIADO
REGIME DISCIPLINAR DIFERENCIADO - INCONSTITUCIONALIDADE

AULA 3

INTRODUÇÃO
DO JUÍZO DA EXECUÇÃO E DO MINISTÉRIO PÚBLICO
DO CONSELHO PENITENCIÁRIO
DOS DEPARTAMENTOS PENITENCIÁRIOS
DO PATRONATO E DO CONSELHO DA COMUNIDADE

AULA 4

INTRODUÇÃO
DA PENITENCIÁRIA
DA COLÔNIA AGRÍCOLA, INDUSTRIAL OU SIMILAR
DA CASA DO ALBERGADO E DO CENTRO DE OBSERVAÇÃO
DO HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO E DA CADEIA
PÚBLICA

AULA 5

INTRODUÇÃO
POLÍTICAS SOCIAIS E A DELEGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO ESTADO NA GESTÃO
PENITENCIÁRIA
TIPOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS À INICIATIVA
PRIVADA
PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NO BRASIL E SUA PREVISÃO LEGAL
DELEGAÇÃO DA EXECUÇÃO DA PENA NA GESTÃO PENITENCIÁRIA: PRÓS E
CONTRA

AULA 6

INTRODUÇÃO
REBELIÕES NO SISTEMA CARCERÁRIO E SUAS MOTIVAÇÕES
DA CASA DO ALBERGADO E DO CENTRO DE OBSERVAÇÃO
PERFIL DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA DE ACORDO COM O BANCO NACIONAL DE
MONITORAMENTO DE PRESOS
DEFICIÊNCIAS NA GESTÃO OU ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, E O NÃO
CUMPRIMENTO DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL

BIBLIOGRAFIAS

- MIRABETE, J. F. Execução penal: comentários à Lei n. 7.210, de 11-7-1984. 11. ed. Revista e atualizada, 7. reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 out. 1988.

- _____. Natureza jurídica da execução penal. In: _____. Execução penal: mesas de processo penal, doutrina, jurisprudência e súmulas. São Paulo: Max Limonad, 1987, p. 7.

DISCIPLINA:
ESTUDOS DA VIOLÊNCIA E DA CRIMINALIDADE

RESUMO

Nesta disciplina vamos falar sobre insegurança social, começando por alguns indicadores mundiais e nacionais, e veremos o que as ciências dizem a respeito desse complexo fenômeno da atualidade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
AS IMPLICAÇÕES JURÍDICAS
ELEMENTOS PSICOLÓGICOS ENVOLVIDOS
A SOCIOLOGIA E A TRANSITORIEDADE DAS RELAÇÕES
A VULNERABILIDADE SOCIAL

AULA 2

INTRODUÇÃO
CRIMINOLOGIA
CULPABILIDADE DO AGENTE CRIMINOSO
COMPORTAMENTO CRIMINOSO E APLICAÇÃO DA LEI PENAL
CUSTOS DA CRIMINALIDADE E ALGUMAS PERSPECTIVAS

AULA 3

INTRODUÇÃO
DOS REGIMES DE CUMPRIMENTO DE PENA
O ESTADO ATUAL DOS PRESÍDIOS
A VULNERABILIDADE NO CÁRCERE
ALGUMAS PERSPECTIVAS

AULA 4

INTRODUÇÃO
COMPORTAMENTO VIOLENTO E DIREITO PENAL
VIOLÊNCIA COMO FENÔMENO SOCIAL
CRIMINALIZAÇÃO E MEDIDA DE CULPABILIDADE
VULNERABILIDADES

AULA 5

INTRODUÇÃO
PRINCÍPIOS DE DIREITO PENAL II
CULPABILIDADE
EXCLUDENTES CRIMINAIS
CRIMINALIDADE E CRIMINALIZAÇÃO

AULA 6

INTRODUÇÃO PRINCÍPIOS DO PROCESSO PENAL (II) ALGUNS ELEMENTOS DE PSICANÁLISE REINICIDÊNCIA RESSOCIALIZAR É PRECISO
BIBLIOGRAFIAS
<ul style="list-style-type: none">• AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-V. Tradução de Aristides Volpato Cordioli, Cristiano Tschiedel Belém da Silva, Ives Cavalcante Passos, Christian Kieling e Mário Tregnago Barcellos. Porto Alegre: Artmed, 2014. 5. ed.• ARAÚJO, Á. C.; NETO, F L. A nova classificação americana para os transtornos mentais – o DSM-5. Revista brasileira de terapia comportamental e cognitiva. São Paulo, v. 16, n. 1, 2014.• CERQUEIRA, D. et al. (Coord.). Atlas da violência 2018. 2018.

DISCIPLINA: SEGURANÇA PÚBLICA E O CRIME ORGANIZADO
RESUMO
O crime organizado é um fenômeno inerente à socialização humana. A partir do momento que o homem se reúne com outros, objetivando a comunhão de esforços para a busca dos fins pretendidos, e esses fins se mostram ilícitos, nasce o crime organizado.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 INTRODUÇÃO AS PRINCIPAIS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS COMPARAÇÕES COM OUTROS TIPOS DE CRIMINALIDADE CRIME ORGANIZADO E OUTRAS FORMAS DE DELINQUÊNCIA CARACTERÍSTICAS ESPECIALIZADAS NO ENFRENTAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS
AULA 2 INTRODUÇÃO O TRATAMENTO PELA LEGISLAÇÃO ESTRANGEIRA CRIME ORGANIZADO NO CENÁRIO INTERNACIONAL E REGIONAL DIREITOS HUMANOS E O DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO INTRODUÇÃO À ATUAL LEGISLAÇÃO – LEI N. 12.850/2013
AULA 3 INTRODUÇÃO O CRIME ORGANIZADO POR NATUREZA: CAUSAS DE AUMENTO PENA E A PARTICIPAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS O CRIME DE IMPEDIMENTO OU EMBARAÇAMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL CRIMES OCORRIDOS NA INVESTIGAÇÃO E NA OBTENÇÃO DE PROVA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL E CONSEQUÊNCIAS NO PLANO PROCESSUAL
AULA 4 INTRODUÇÃO A PRODUÇÃO DA PROVA DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A LEGISLAÇÃO DO CRIME ORGANIZADO

MEIOS DE PROVA PROPRIAMENTE DITOS: A COLABORAÇÃO PREMIADA NA REPRESSÃO AO CRIME ORGANIZADO
MEIOS DE PROVA PROPRIAMENTE DITOS: CAPTAÇÃO AMBIENTAL DE SINAIS ELETROMAGNÉTICOS, ÓPTICOS OU ACÚSTICOS

AULA 5

INTRODUÇÃO

MEIOS DE PROVA: ACESSO A REGISTRO DE LIGAÇÕES TELEFÔNICAS E TELEMÁTICAS

MEIOS DE PROVA: INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA E TELEMÁTICA

MEIOS DE PROVA: AFASTAMENTO DO SIGILO DE DADOS FINANCEIROS, BANCÁRIOS E FISCAIS

MEIOS DE PROVA: COOPERAÇÃO ENTRE INSTITUIÇÕES

AULA 6

INTRODUÇÃO

A PROVA TESTEMUNHAL E O INTERROGATÓRIO DO ACUSADO

AÇÃO CONTROLADA

INFILTRAÇÃO DE AGENTES

ESTRUTURAS PÚBLICAS

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Lei Federal n. 12.850, de 2 de agosto de 2013. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 ago. 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm.
- BRASIL. Lei Federal n. 8.072, de 25 de junho 1990. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8072.htm.
- BRASIL. Lei Federal n. 9.034, 3 de maio de 1995. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 4 maio 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9034.htm.

DISCIPLINA:

CONTROLE SOCIAL E SEGURANÇA

RESUMO

Para discutirmos acerca das políticas sociais e o enfrentamento da questão da violência, propomos, em um primeiro momento, o retorno ao conceito de política social. Afinal, do que se trata? Não é nosso objetivo, aqui, aprofundarmos o tema e os fundamentos da política social. Entretanto, é importante que façamos algumas reflexões que irão contribuir para a compreensão da problemática.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

O TRATAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL ANTES DA DÉCADA DE 1930

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL

POLÍTICA SOCIAL E NEOLIBERALISMO NO BRASIL

A POLÍTICA SOCIAL E DESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL

AULA 2

INTRODUÇÃO

A VIOLÊNCIA FÍSICA

VIOLÊNCIA MORAL E PSICOLÓGICA

VIOLÊNCIA PATRIMONIAL
VIOLÊNCIA SEXUAL

AULA 3

INTRODUÇÃO
CICLOS DE VIDA E VIOLÊNCIA
VIOLÊNCIA URBANA
VIOLÊNCIA NO CAMPO
VIOLÊNCIA AUTOPROVOCADA

AULA 4

INTRODUÇÃO
O ATENDIMENTO E O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA
A POLÍTICA DE SAÚDE
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
OUTRAS POLÍTICAS SOCIAIS E A QUESTÃO DA VIOLÊNCIA

AULA 5

INTRODUÇÃO
PARTICIPAÇÃO SOCIAL
CONTROLE SOCIAL
MOVIMENTOS SOCIAIS E O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA
O TRABALHADOR DAS POLÍTICAS SOCIAIS NAS INSTÂNCIAS DE CONTROLE SOCIAL

AULA 6

INTRODUÇÃO
PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA
NOTIFICAÇÃO DA VIOLÊNCIA
COTIDIANO E TRABALHO PROFISSIONAL
CONDUTA ÉTICA E O COMPROMISSO NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA

BIBLIOGRAFIAS

- IPEA. Texto para discussão 2331. Bolsa Família, autonomia e equidade de gênero: o que indicam as pesquisas nacionais? Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro: IPEA, 2018.
- CARLOTO, C. M.; NOGUEIRA, B. W. F. Família, gênero e proteção social. Revista Em Pauta, Rio de Janeiro, n. 42, v. 16, p. 49 – 64, 2018.
- _____. Política Social. In: FERNANDES, R. M. C.; HELLMANN, A. (Org.). Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

DISCIPLINA:

DIREITOS HUMANOS E RELAÇÕES SOCIAIS

RESUMO

Há uma definição clássica, e até pueril, do termo “direito”, que significa exatamente aquilo que é reto, correto ou justo — e, por conseguinte, se opõe ao que é torto. Quando se traz esse debate para a lógica dos direitos humanos, não raro falácias do tipo “só é possível direitos humanos para humanos direitos” podem aparecer no discurso. Dentro dessa perspectiva, a primeira questão a se considerar é que não se trata de um direito só de quem “é correto” ou “merece” Direitos Humanos, pois a concepção dos Direitos Humanos, como

a própria declaração de 1948 ilustra, é universal. Direitos não são favores, súplicas ou gentilezas. Não se pede um direito, luta-se por ele. A luta pelos Direitos Humanos é, sob esta perspectiva, uma luta pela própria humanidade. Mas cada direito corresponde a um dever — e, ao afirmar isso, não significa dizer que os Direitos Humanos têm sua eficácia por produzirem deveres, mas sim por seus efeitos na produção cultural.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

O QUE SÃO DIREITOS HUMANOS?

DE ONDE VÊM OS DIREITOS HUMANOS

VERTENTES DOS DIREITOS HUMANOS

TENSÕES FUNDAMENTAIS

DIREITOS HUMANOS À BRASILEIRA

AULA 2

INTRODUÇÃO

A IMPORTÂNCIA DA DIMENSÃO CULTURAL NO ESTUDO DOS DIREITOS HUMANOS

DIREITOS FUNDAMENTAIS E DIREITOS SOCIAIS

AS CONCEPÇÕES IDEALISTA, POSITIVISTA E CRÍTICO-MATERIALISTA DOS DIREITOS HUMANOS

PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIOCULTURAIS

CONSIDERAÇÕES ACERCA DA CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE DIREITOS HUMANOS EM VIENA (1993)

AULA 3

INTRODUÇÃO

ANTECEDENTES DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS (PNEDH)

EIXOS ESTRUTURAIS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS (PNEDH)

ASPECTOS CONJUNTURAIS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

COMPREENSÃO DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS A PARTIR DO PNEDH OBJETIVOS E DIRETRIZES DO PNEDH

AULA 4

INTRODUÇÃO

O CAMPO DA DIGNIDADE HUMANA COMO PRINCÍPIO ÉTICO DAS METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS

O CAMPO DA POLÍTICA E AS METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS PARA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

O RETORNO A PAULO FREIRE E SUAS CONCEPÇÕES SOBRE METODOLOGIA PARTICIPATIVA

PERSPECTIVA CONCEITUAL DE CULTURA E METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

PROPOSIÇÕES SOBRE METODOLOGIA PARTICIPATIVA PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS POR BITTAR

AULA 5

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO AO DEBATE SOBRE DIREITOS HUMANOS E MÍDIAS

MAS DE QUAIS MÍDIAS ESTAMOS FALANDO?

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA “ALDEIA GLOBAL”

O DEBATE SOBRE DIREITOS HUMANOS EM UMA “CULTURA DE MASSAS”

NARRATIVAS DE VIOLÊNCIA A SERVIÇO DE QUÊ?

AULA 6

INTRODUÇÃO

COMO AS TELAS SE TRANSFORMAM EM FERRAMENTAS OU ARMAS?

AS TELAS E OUTROS APARATOS MIDIÁTICOS COMO PRODUTOS DA INDÚSTRIA CULTURAL

“SHOWRNALISMO”: QUANDO A NOTÍCIA É DESDOBRAMENTO DO ESPETÁCULO

AS RELAÇÕES MEDIADAS POR REDES SOCIAIS: OUTROS DESDOBRAMENTOS DO ESPETÁCULO?

BREVE ANÁLISE DE UM PRODUTO CULTURAL QUE DIALOGA COM A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

BIBLIOGRAFIAS

- SOUZA, J. A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato. São Paulo: Leya, 2017.
- GENRO, M; ZITKOSKI, J. Educação e Direitos Humanos numa perspectiva intercultural. Revista da Faeeba – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 23, n. 41, p. 237-245, jan/jun. 2014.
- CASTILHO, R. Direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 2012.

DISCIPLINA:

ÉTICA, DIREITOS HUMANOS E DIREITOS DA CIDADANIA

RESUMO

A presente disciplina tem por escopo investigar a interação entre a ética, os direitos humanos e os direitos da cidadania, relacionando como tais matérias podem auxiliar na gestão pública e na construção de políticas públicas assertivas e funcionais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

O QUE É ÉTICA?

FUNDAMENTOS DA ÉTICA

ÉTICA NA HISTÓRIA

ÉTICA E OUTRAS CIÊNCIAS

AULA 2

INTRODUÇÃO

DIREITOS HUMANOS DE PRIMEIRA DIMENSÃO

DIREITOS HUMANOS DE SEGUNDA DIMENSÃO

DIREITOS HUMANOS DE TERCEIRA DIMENSÃO

SISTEMA INTERNACIONAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

AULA 3

INTRODUÇÃO

DIREITOS FUNDAMENTAIS NA HISTÓRIA BRASILEIRA
CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988 E CONCEPÇÃO CONTEMPORÂNEA DE
DIREITOS HUMANOS
DIREITOS FUNDAMENTAIS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL: ANÁLISE EM ESPÉCIE
TRATADOS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO
DIREITO INTERNO

AULA 4

INTRODUÇÃO
CONCEITOS DE CIDADANIA
A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA CIDADANIA
A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NO BRASIL
EM BUSCA DA CIDADANIA PLENA

AULA 5

INTRODUÇÃO
DIREITO DAS MINORIAS: PRIVILÉGIO OU NECESSIDADE?
PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS
POVOS ORIGINÁRIOS BRASILEIROS
PORTADORES DE DEFICIÊNCIAS

AULA 6

INTRODUÇÃO
AS MULHERES: VIOLÊNCIAS SIMBÓLICAS E FÍSICAS
IMIGRANTES E REFUGIADOS
POPULAÇÃO LGBT
A ÉTICA, OS DIREITOS HUMANOS E OS DIREITOS DA CIDADANIA COMO
INSTRUMENTOS DEMOCRÁTICOS

BIBLIOGRAFIAS

- BÖTTCHER, C. A. O legado ético e universalista do Direito Romano. Revista da Faculdade de Direito – Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 108, p. 155-167, 2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67981>.
- CACHICHI, R. C. D. As relações entre ética e política na concepção de justiça em Aristóteles. Revista CEJ, Brasília, v. 15, n. 55, p. 76-85, out./dez. 2011. Disponível em: <http://www.jf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/viewFile/1483/1524>.
- MEDEIROS, A. M. Ética e política. Sabedoria Política, abr. 2016. Disponível em: <https://www.sabedoriapolitica.com.br/etica-e-politica/>.